

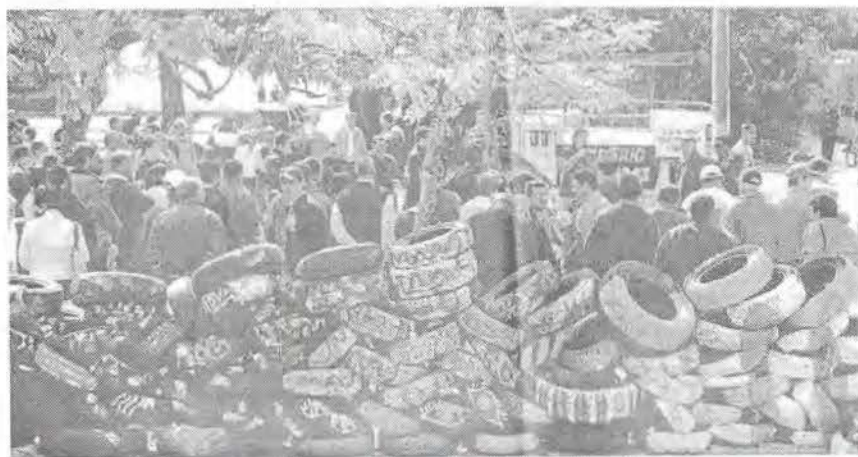


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 340 - DE 04 A 18 DE JUNHO DE 2007 - R\$ 2,00

Volkswagen: trabalho aos sábados até 2008, mais um acordo maldito fechado pela direção



A ocupação da USP é uma trincheira de luta que se espalha pelo país



Abaixo o PAC antioperário de Lula!

Não à reforma da Previdência!

Não ao Fórum Nacional da Previdência!

Fora o arrocho salarial do PAC !

Defesa das reivindicações das massas!

Chávez irrita a direita: existe liberdade de imprensa no capitalismo?

Lula abraça o projeto de lei anti-greve



Professores-SP :

A aprovação do SPPrev é um duro ataque, imposto à força e com colaboração da direção

Manifestações do 23 de Maio protestam em todo o país contra reformas de Lula

Trabalhadores e estudantes retomam as lutas contra o governo e os capitalistas

As manifestações que ocorreram em quase todos os Estados tiveram como eixo o combate às reformas da Previdência, Trabalhista e Educacional. O MST realizou bloqueios e liberou pedágios em rodovias importantes de 9 estados, denunciando a política econômica de Lula, que privilegia o agronegócio. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), juntamente com o MST e Via Campesina, ocuparam a hidrelétrica de Tucuruí (Pará), lutando contra as condições miseráveis em que vivem depois da construção da barragem. Os sindicatos operários dirigidos pela CUT realizaram atos em favor do veto de Lula à emenda 3, que destrói conquistas dos trabalhadores. A Conlutas organizou os operários da General Motors de São José dos Campos, que atrasaram a entrada do turno e bloquearam a rodovia Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Houve paralisações também na Embraer, Toyota e Philips, na região do Vale do Ribeira. Os servidores públicos ganharam as ruas das grandes capitais reivindicando o fim da reforma da previdência e do arrocho salarial. Os estudantes, que ocuparam a Reitoria da USP desde o início de maio, engrossaram os protestos contra os decretos de Serra, que eliminam a já débil autonomia universitária. Os estudantes das escolas técnicas, Unesp e Unicamp também aderiram ao protesto.

A greve dos trabalhadores do Ibama ganhou projeção após o dia 23. Os funcionários do Ibama decretaram a greve no dia 14 de maio contra a decisão do governo Lula de divisão do órgão e criação de outro (Instituto Chico Mendes). O objetivo é a liberação de licenças ambientais para acelerar o PAC, exigência das empreiteiras. Os funcionários receiam que o governo não só desmonte o Ibama para quebrar a resistência política aos projetos que implicam destruição ambiental mas também aproveite o fato para



Manifestações pelo país: marcha em São José dos Campos, saque no nordeste, ocupação de usina elétrica

realizar demissões.

As manobras de Lula e da ministra Dilma Rousseff de acusar os funcionários de fazer a greve sem motivo e com assinatura de ponto não quebraram a disposição de luta. Lula aproveitou a greve para anunciar a reformulação da lei anti-greve dos servidores e não atendeu às reivindicações dos grevistas.

Em São Paulo, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul, os manifestantes enfrentaram a repressão militar, que cumpria ordens de desocupação da usina, dos bloqueios e de não entrada na Assembleia Legislativa de São Paulo, que votava a SP-Prev.

Essa descrição demonstra o descontentamento de diferentes setores contra as medidas governamentais. As grandes mobilizações de rua indicaram o cami-

nho para enfrentar as reformas antioperárias e antipopulares.

Luta dos estudantes contra os decretos dos governos

Em São Paulo, os estudantes da USP desconhecaram a ordem judicial de desocupação e ganharam reforço com a greve dos funcionários e professores. Na Unesp e Unicamp, o movimento se impulsionou após as manifestações dos diferentes setores no dia 23 de maio.

O que move milhares de estudantes e centenas de professores a cruzarem os braços e denunciarem os decretos de Serra é o profundo ataque ao ensino público. O governo manobra para isolar os estudantes e funcionários, oferecendo algumas migalhas salariais aos profes-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

res e prometendo não ferir a "autonomia" dos Reitores. Mas se recusa revogar o decreto de criação da Secretaria de Ensino Superior e ampliar os recursos para as universidades. Essa Secretaria tem a função de intervir diretamente nas universidades estaduais e favorecer as privadas.

O governo vem contando com os meios de comunicação para a campanha em favor do uso da repressão contra os ocupantes. Por outro lado, usa a parcela reacionária e pró-governo (burocracia acadêmica) para divulgar um abaixo assinado fraudulento em favor do cumprimento da ordem de despejo. O fundamental é que as assembleias aprovaram a continuidade da luta e rechaçaram todos os mecanismos que levam à quebra do movimento.

A bandeira de unidade com o restante do funcionalismo tornou uma necessidade para potencializar os grevistas e enfraquecer o poder de manobra e repressão do governo. No entanto, o corporativismo das direções sindicais é nefasto, porque o combate exige unidade, negociações conjuntas, comandos unitários.

As negociações em separado permitem ao governo jogar com o setor atrasado de professores que não se empenha em fazer parte da ocupação estudantil. O Conselho de Reitores pressiona para que os professores retomem as atividades e isolem a luta estudantil.

Os funcionários da USP fortaleceram a greve estudantil e a ocupação também decretando a greve. Os estudantes defendem com vigor a greve por meio de piquetes — única forma de quebrar a ação dos professores reacionários que furam a greve e pressionam os alunos a irem para as aulas.

Em apoio à reação pró-governamental, o juiz que expediu o mandado de reintegração determinou uma multa de mil reais diários contra a associação dos funcionários e proibiu os piquetes.

A ocupação da Universidade de Alagoas pelos estudantes, professores e MTST tem como exigência o cumprimento da resolução do Conselho Universitário de implementação da Escola Agrotécnica e do acordo judicial de não cobrança de taxas aos cursos de graduação. Levanta a bandeira da gratuidade do ensino na Universidade.



Repressão aos professores, que tentavam entrar na Assembleia Legislativa de São Paulo na votação da SPPrev

O método da ocupação de universidades ganhou força, depois do acontecido na maior universidade do país. A defesa do ensino público e gratuito se choca com a reforma do ensino superior, que tem como essência a privatização.

Servidores públicos se mobilizam contra Serra

O funcionalismo paulista, desde fevereiro, pressiona Serra a conceder o reajuste salarial. A criação do mês de data-base (março) não significou a obrigatoriedade do governo repor as perdas do período. O PSDB dirige há 12 anos o estado e mantém o piso salarial da maioria dos servidores no patamar de 1 a 3 três salários mínimos. Instituiu o bônus para os trabalhadores da educação e continuou com as gratificações, que só favorecem o governo, pois se livra dos encargos sociais e permite prosseguir com o salário base de fome. Ao invés de reajuste, Serra anunciou o salário diferenciado e a avaliação desempenho. As assembleias dos servidores rejeitaram essas medidas e exigiram a reposição salarial.

Foi nesse período que o governo lançou a previdência do funcionalismo (SP-Prev -PLC-30), que excluía os contratados pela lei 500/74, dava plenos poderes para elevar as contribuições, eliminava direitos dos pensionistas e extinguiu o Ipesp (ao qual deve bilhões de reais).

A gigantesca mobilização no dia 25 de abril obrigou o governo a recuar taticamente em relação aos contratados e

aceitar a "paridade" na SP-Prev. Fez campanha demagógica de que se tratava de uma exigência de Lula, que caso não cumprisse teria os repasses de recursos suspensos. A burocracia sindical lulista convocou o Ministro da Previdência (Luiz Marinho) para que demovesse os argumentos de Serra. Marinho esticou o prazo para a criação do instituto de previdência e permitiu que os contratados estivessem vinculados ao estado. Isso não foi suficiente, o governador exigia a aprovação rápida. As assembleias do funcionalismo aprovaram a retirada do PL-30, porque não assegurava o caráter efetivo aos contratados, que são 205 mil servidores.

No dia 23, mesmo sabendo da passeata que se dirigia à Assembleia Legislativa, Serra exigiu que fosse votada. Cercou a Assembleia Legislativa de policiais e deu ordens para reprimir os manifestantes. Os manifestantes só não ocuparam a Assembleia devido o forte bloqueio policial. Mesmo assim, a vanguarda enfrentou o pelotão militar de Serra. Como não conseguiu conter a fúria dos trabalhadores e estudantes, a sessão foi suspensa. Os deputados do PT e do PSOL foram obrigados pela pressão do movimento a se colocarem contra o projeto, usando as artimanhas do parlamento para impedir que fosse votado nos dias subsequentes.

A SP-Prev é mais violenta aos professores pelo fato de ter maior número de contratados pela Lei 500 e pelo caráter temporário desses contratos (circunscritos ao ano letivo), o que dificulta as ações unitárias do conjunto dos servidores. Pesa também o corporativismo das direções sindicais, que não trabalham pela efetiva unificação do movimento.

O fato das assembleias do setor da saúde aprovar o indicativo de greve para meados de junho e da Apeoesp recusar a greve no dia 23 de maio indicam que o descontentamento não avançou para formas mais radicais, como a greve por tempo indeterminado. As vacilações e as confusões criadas pela burocracia sindical contribuíram para que os servidores não dessem um passo à frente. No caso da Apeoesp, uma parcela avançou na luta de massa ganhando as ruas, sem contudo arrastar a grande maioria, que contava com o recuo do governo sem ad-

mitir a sua manobra. Mesmo as assembléias combativas não aprovaram a greve. A burocracia se apoiou nas camadas mais resistentes para se opor à greve, apenas discursando em palavras a seu favor. O governo contou com o esgotamento da luta, que dependia da greve para se potenciar.

O PSTU que iniciou radicalizado juntamente no bloco da oposição, se aliou com a burocracia e concluiu no dia 23 opondo-se à greve no momento decisivo em que Serra jogava todo peso para a votação do projeto. Ao propor uma nova assembléia para 15 de junho, o PSTU levou a assembléia a aprovar o esvaziamento da mobilização.

Serra contou a seu favor com o recuo das manifestações coletivas dos professores. No dia 28, os deputados votaram a criação da SP-Prev.

Será preciso uma ação muito forte da Apeesp para retomar as assembléias massivas e o combate ao governo.

Retomada do movimento social

A paralisia imposta pelas direções pró-governo vem se rompendo e dando lugar a manifestações, que se confrontam com os governos. Os servidores públicos foram golpeados pela política do arrocho salarial, da destruição dos planos de cargos e salários e pelas reformas da previdência e da educação. O PAC significou a extensão do congelamento salarial por mais 10 anos, quando as perdas dos últimos 12 anos são de mais de 170%. Por isso, levantam-se contra as medidas de Lula e dos governadores.

Os estudantes e professores das universidades públicas enfrentam o sucateamento, os baixos salários e o avanço da privatização e respondem com os métodos próprios da classe operária, que são as greves e as ocupações.

A classe operária e demais trabalhadores sentem o peso do desemprego e da destruição de conquistas históricas e lutam pela manutenção dos postos de trabalho e pela defesa de direitos trabalhistas. A CUT sob a pressão dos movimentos foi obrigada a convocar manifestações em vários setores, embora limitadas ao veto de Lula à emenda 3. Os movimentos de camponeses sem-terra (MST, MTST e outros) pressionam o go-



A manifestação da USP foi reprimida e nem chegou até o Palácio do Governo

verno para que cumpra os assentamentos prometidos e assegure mais recursos para os assentados. Os trabalhadores sem-teto são empurrados a ocupações de terrenos e são despejados pela ação policial.

Como vimos, os protestos ganharam força, rompendo com o bloqueio imposto pelas direções sindicais pró-governo. Da mesma forma que crescem os descontentamentos, aumenta a violência da polícia, dos latifundiários e da Justiça sobre os explorados.

O governo Lula, por sua vez, tende a se tornar mais reacionário e repressivo. Os discursos de outrora em favor dos direitos humanos, do direito de greve, do direito ao trabalho e das conquistas trabalhistas são deixados de lado e no lugar aparece a face real do governo burguês, que necessariamente tem de estar contra os explorados e a favor dos capitalistas.

Independência dos organismos dos trabalhadores e estudantes frente aos governos

As mobilizações do "dia nacional de luta" demonstram o descontentamento dos explorados contra os capitalistas e seus governos. Porém, a maioria das direções sindicais é corporativista e dependente do governo. A CUT convocou as manifestações com o intuito de apoiar Lula por meio da emenda 3. Não se opõe ao PAC (arrocha o salário do funciona-

lismo), apoiou a reforma da previdência e ajudou a elaborar a trabalhista e sindical. Portanto, atua contra os interesses dos trabalhadores em favor da implantação de medidas de proteção ao capital e sustentação do governo burguês. Ao contrário de trabalhar pela unidade dos explorados, atua reforçando a fragmentação das lutas.

É por meio da experiência com a política da burocracia sindical e da luta que os trabalhadores compreenderão a necessidade de construir uma direção revolucionária, apoiada no programa da classe operária. A divisão da CUT, como fez a Conlutas, não fortalece essa tarefa, porque permite que a burocracia continue dirigindo a maioria dos sindicatos sem contar com a fração oposicionista. Os trabalhadores devem exigir, por meio de suas assembléias, que a CUT rompa com o governo Lula e organize o combate pelas reivindicações vitais dos oprimidos.

A UNE e a maioria das organizações estudantis estão sob a direção do PCdoB/PT, portanto submetem o movimento à política de conciliação de classe. Não trabalham pela unidade dos estudantes. Para avançar a luta é preciso defender que rompam com o governo e organize a resistência coletiva dos estudantes contra as reformas privatistas do ensino.

Construir e fortalecer as frações revolucionárias para atuar no seio dos explorados é nossa tarefa urgente.

Lula anuncia a lei anti-greve

Capitalistas exigem de Lula a lei anti-greve para os servidores públicos

Desde abril, retomou-se a iniciativa do governo de criar uma lei para "disciplinar" as greves nos serviços públicos. Há uma pressão da burguesia, por meio do poder Judiciário, para que se aprove a regulamentação do "direito de greve", haja vista que os trabalhadores das empresas privadas estão submetidos a uma lei federal (7.783/89).

Os capitalistas consideram que o governo Lula é o mais indicado para impor as regras da lei anti-greve, pois o PT controla a maioria dos sindicatos do funcionalismo público, o que amenizaria a resistência desse setor. Por sua vez, Lula saiu na ofensiva defendendo a igualdade de condições entre os trabalhadores privados e os estatais, no caso da greve. Usou argumentos reacionários para combater a greve dos servidores, como o de que todos recebem salários quando estão em greve e que greve é sinônimo de férias.

A maioria do funcionalismo público, que é duramente atingida pelo arrocho salarial e eliminação de direitos, contestou a conduta servil de Lula, provocando manifestações de descontentamento com o governo. Mas Lula foi além. Disse que o projeto de regulamentação da "Lei de Greve" deve ser votado pelo Congresso Nacional, porém antes ouvirá os representantes das Centrais Sindicais e dos sindicatos do setor. Essas direções apóiam o governo e, certamente, cumprirão o papel de amortecer a luta contra a Lei anti-greve.

Tudo pronto para a regulamentação da lei anti-greve

A regulamentação da "Lei de Greve" dos servidores é uma exigência do capital que se arrasta por quase 20 anos (desde a Constituição de 1988). O PSDB, que esteve no comando do Estado (FHC) por oito anos, não encaminhou o tal projeto e nem aprovou a Reforma Sindical e Trabalhista, que coloca regras contra o suposto direito de greve.

No primeiro mandato de Lula, o Fórum Nacional do Trabalho elaborou a Reforma Sindical e Trabalhista e entregou ao

Congresso. Lembremos que a PEC 369 (Reforma Sindical) cria o mecanismo da "Negociação" para o serviço público, caminho necessário para a regulamentação da "lei de greve" nos serviços públicos. O governo Lula, envolvido nos escândalos de corrupção, não poderia ter aberto outro flanco de conflito que ocorreria com a retirada de direitos. Agora, no segundo mandato, com a promessa de crescimento econômico, Lula prepara a continuidade das reformas, entre elas a regulamentação do "direito de greve".

A reforma sindical e trabalhista vem sendo imposta por medidas presidenciais, foi assim com a aprovação da Super-Simples (que flexibiliza e/ou elimina direitos) e poderá ser assim com o objetivo de estabelecer a "negociação" para justificar a regulamentação a lei anti-greve.

O governo prepara a população para aceitar as medidas punitivas com a idéia de que o funcionalismo é uma casta de privilegiados e que pode ficar "90 dias sem trabalhar", que não tem desconto nos salários. Manifestantes do funcionalismo mostraram-se indignados pelo fato de Lula ser um ex-sindicalista e que agora assume a paternidade da lei anti-greve. Essa indignação é parte da ilusão que se depositou em Lula e no PT como democráticos-populares. As falsificações dos reformistas e toda sorte de mentira estão sendo expostas à luz do dia.

A lei anti-greve é um dos ataques mais violentos nos últimos governos contra direitos políticos conquistados pelos trabalhadores. Os explorados começam a entender que Lula constitui um governo da burguesia e que por isso está obrigado a expressar o fundamento da dominação de classe: a ditadura da burguesia contra o proletariado e demais oprimidos.

Objetivo do governo

O sentido da regulamentação da "lei de greve" é o de julgá-la ilegal (abusiva). Para isso, necessita o chamado direito de "negociação". Mediante esse instrumento formal, o Estado passa aplicar as sanções da legislação de greve.

A discussão em torno da definição dos serviços essenciais só tem a função de aumentar o grau de punição aos servidores e sindicatos que não cumprirem a regulamentação. Os argumentos judiciais enca-

minham para que haja regulamentações específicas para os setores considerados essenciais, a exemplo dos funcionários da saúde, controladores de vãos etc. Querem tabular o grau de prejuízo que cada setor dos serviços públicos causa à população e, com isso, impedir o direito de paralisação. Outros dizem que é necessário as mesmas regras do setor privado (desconto dos dias parados, demissões, multas etc), já que o serviço deixou de ser prestado. Por isso, a regulamentação do artigo nº 37 da Constituição de 1988, nada mais é do que deixar mais claro o impedimento da greve em todo o serviço público.

O critério de essencial ou menos essencial é um recurso da classe capitalista para reprimir a revolta dos explorados, que se insurgem com a greve.

O governo utiliza a incompreensão e a despolitização da população trabalhadora sobre a exploração do trabalho para colocá-la a favor de sua ditadura de classe.

A lei anti-greve é um instrumento jurídico e policial contra o direito dos explorados se defenderem contra a exploração e o domínio de classe da minoria capitalista contra a imensa maioria trabalhadora.

Não há direito de greve

No Brasil nunca houve direito de greve assegurado pela legislação do Estado. A paralisação do trabalho, como forma de resistência e combate à superexploração, foi tratada mesmo antes da República como crime (delito) e, por isso, fazia parte do Código Penal (1890). As constituições que se seguiram não fugiram à regra.

Na época do governo de Getúlio Vargas, criou-se a Comissão Mista de Conciliação (1932), que tinha como objetivo suspender ou demitir os grevistas. Com o golpe de 1937, a greve foi considerada "anti-social, nociva ao trabalho e ao capital", cabendo ao Código Penal a prisão e punição aos grevistas.

Instalado o regime militar de 1964, foi aprovada a lei 4.330, que ampliou as medidas anti-greve, como a exigência de 2/3 de trabalhadores nas assembleias de aprovação da greve e repressão aos grevistas.

A Constituição de 1988 reconheceu formalmente o direito de greve nos serviços públicos, prevendo regulamentação por lei específica. Essa regulamentação é justa-

mente a negação do direito de greve. É o que o governo Lula pretende fazer.

Essa descrição histórica serve para demonstrar que nunca houve direito de greve. Ao contrário, a greve foi sempre considerada uma afronta aos interesses dos capitalistas. Como atinge a propriedade privada e os lucros, a burguesia procurou impedi-la por meio da legislação do Estado.

Conforme agudizam as contradições entre o capital e o trabalho, a tendência é o choque de classe. A classe dominante, que controla o Estado, está obrigada a criar novas leis para disciplinar as direções sindicais e reprimir os grevistas.

No início da República, com a substituição do trabalho escravo pelo assalariado (formação da classe operária), vieram as primeiras greves e com elas as leis de repressão. Terminado o ciclo da chamada "república velha" e com o advento da nova república a partir de 1930, a "modernização capitalista" exigiu do Estado uma regulamentação mais completa contra a classe operária. A ditadura militar se encarregou de tornar mais violenta a lei anti-greve. Com a "redemocratização" que levou a Constituição de 1988, criou-se a ilusão de um país democrático e conciliador. Não demorou um ano para que fosse imposta a lei draconiana 7.783/89 contra o direito de greve. Lula a completa aplicando-a aos trabalhadores dos serviços públicos. Amplia a lei que torna a greve um crime e dá aos poderes do Estado meios para esmagar a luta coletiva e proteger a propriedade privada dos meios de produção.

José Sarney impôs a lei 7.783, mais um golpe sobre os trabalhadores

Um ano após a aprovação da Constituição de 1988, Sarney criou a lei 7.783. Trata-se de um conjunto de medidas punitivas aos sindicatos e trabalhadores que descumprirem a legislação. Nada tem a ver com o direito de greve, garantido por lei.

Inicia dizendo que é "assegurado o direito de greve", para em seguida colocar os obstáculos que impedem o tal direito. Entre eles, destacamos:

a) Os patrões e a entidade patronal devem ser notificados com antecedência mínima de 48 horas (dois dias) sobre a intenção da greve, que deve ser na forma "pacífica";

b) A assembleia de decretação da greve

deve ter o quorum estabelecido pelo estatuto do sindicato;

c) São proibidos os piquetes, permitindo os "direitos e garantias fundamentais de outrem". Os grevistas não "poderão impedir o acesso ao trabalho e nem causar ameaça ou dano à propriedade privada";

d) É permitido aos patrões, enquanto durar a greve, o "direito de contratar diretamente os serviços necessários";

e) Não poderá causar prejuízos considerados "irreparáveis" aos patrões;

f) A greve nos serviços essenciais tem de ser notificada com 72 horas de antecedência;

g) O não cumprimento das exigências da lei resulta em multas diárias aos sindicatos e punição aos grevistas.

Estão aí as razões por que dizemos que essa lei é anti-greve. Protege a propriedade privada dos meios de produção, o direito à exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, permite demissão e suspensão de grevistas, defende o fura-greve e pune os sindicatos que executam o verdadeiro direito de greve.

O grave está em que a maioria das direções sindicais não luta contra a lei anti-greve. O que vemos é que se ajusta às normas do Estado, que têm como essência a proteção dos capitalistas.

Manobras da CUT levam ao apoio à regulamentação da lei anti-greve

Diante da intenção do governo de regulamentar a lei anti-greve para os servidores, a burocracia da CUT demagogicamente defendeu o direito de greve. Porém, reivindica discussão sobre o conteúdo da regulamentação proposta, antes de ir para votação. Ao mesmo tempo, considera que há muitas dúvidas sobre a "caracterização da greve, definição dos serviços essenciais, graus de essencialidade e meios de punição ao gestor por atos anti-sindicais". Reconhece o acerto da reforma sindical em propor a "prática da negociação no setor público". Diz que se não se cria a negociação, não pode haver "restrições ao exercício do direito de greve". E que é preciso esclarecer qual "a regulamentação do direito de greve que queremos".

A posição da CUT é grave, pois: a) aceita que o Estado regulamente o direito de greve, que será sempre anti-greve. O que quer dizer aceitar o árbitro do governo (da

Justiça) para julgar o caráter do movimento grevista; b) reforça o mecanismo da negociação (governo e servidores), que encerrada libera o Estado para julgar a greve abusiva; c) alimenta a falsa ideia de que é possível criar uma regulamentação que favoreça os trabalhadores ou que haja um equilíbrio entre direitos do Estado burguês e direitos dos explorados; d) entra no mérito de definir quais setores serão considerados essenciais, portanto que não poderão paralisar totalmente; e) nega o princípio elementar da democracia operária, que é o direito irrestrito de greve, sem nenhuma intervenção estatal.

Como se vê, a CUT não lutará contra a regulamentação da Lei de Greve. Como na reforma da previdência, no PAC e em outras ações do governo Lula, a Central acentuará pontos negativos e positivos e, nos considerados negativos, fará pressão parlamentar por meio de emendas.

Essa política só tem trazido derrotas aos explorados da cidade e do campo. A supressão do direito de greve do funcionalismo reforça a supressão do direito de greve dos assalariados em geral.

Rechaçar a lei anti-greve

A tarefa dos trabalhadores, em particular dos servidores, é de combater a regulamentação da Lei anti-greve porque será mais um ataque à democracia das assembleias e repressão aos grevistas e multas aos sindicatos que não acatam as decisões do julgamento do movimento.

A Corrente Proletária na Educação/POR rechaça a regulamentação proposta por Lula e denuncia as direções que colaboram com o governo. Defende:

a) Rejeição de toda legislação que limita ou elimina conquistas históricas da classe operária e demais explorados, como o direito de greve.

b) Fim da lei 7.783/89 que impôs a multa diária aos sindicatos, o desconto dos dias parados e a punição por meio da suspensão e demissão dos grevistas;

c) Rejeição à Reforma Sindical e Trabalhista por ser nociva à classe trabalhadora;

d) Rechaço ao intervencionismo estatal no movimento dos trabalhadores e defesa da soberania das assembleias e da democracia operária;

e) Direito irrestrito de greve, manifestação e de todas as formas de luta contra a exploração dos capitalistas e do Estado;

Novo escândalo de corrupção

Quando parecia que tudo ia bem no governo Lula, eis que a Operação Navealha da PF revelou mais uma quadrilha que extorquia os cofres públicos, da União aos municípios. A Construtora Gautama, do empresário Zuleido Veras, comprou ministro, governadores, parlamentares, secretário de governo, juizes e procuradores. Não há escalão do Estado em que a Gautama não tenha se infiltrado.

A primeira surpresa foi a exposição do governador Jackson Lago (PDT), do Maranhão, e seus sobrinhos, do governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB), do governador do PT, Jacques Wagner, e do governador João Alves Filho, do Piauí (PFL). Sem falar do Senador Delcídio Amaral (PT), ex-presidente da CPI da crise do Mensalão. Sete partidos estão implicados, cinco da base do governo e os dois maiores da oposição - PSDB e PFL. O PMDB está mergulhado da cabeça aos pés com a Gautama.

A maior surpresa, no entanto, foi a revelação de que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), estava na lista de pagamento de Zuleido. O larápio, que todos sabiam que era, finalmente teve sua face exposta no mostruário da luta intestina no seio do Estado. Os éticos e não éticos são irmãos gêmeos na política burguesa.

Governo e oposição

Quem pode jogar a primeira pedra? Desta vez, PFL e PSDB não têm como usar as denúncias de corrupção para atacar o governo de Lula. Todos estão implicados. Querem que os acontecimentos sejam controlados. Há muitos outros implicados que continuaram acobertados. Por exemplo, o Secretário da Fazenda de Minas Gerais, Simão Cirineu Dias, está sendo acusado de estabelecer uma ponte da Gautama com a Secretaria do Tesouro Nacional.

Caso a denúncia não seja abafada, os fios da quadrilha vão se conectar com o governador Aécio Neves, um dos nomes do PSDB que poderá concorrer à presidência da República. O PFL também está bem quieto. João Alves Filho, do Piauí, faz parte do processo como integrante da quadrilha.



Psol: tentativa de tirar proveito eleitoral da crise, ainda que se aliando à oposição burguesa

O desastre para Lula está no fato do PMDB encabeçar a lista dos mais eminentes corruptos. O Ministro da Minas e Energia, Silas Rondeau, foi obrigado a pedir demissão. Lula disse que confia em sua inocência, mas aceitou o pedido. Quanto mais afastar a Presidência do escândalo, melhor.

Renan Calheiros fez um discurso fajuco no Senado. Lula confia também em sua inocência. Está atado ao PMDB, que protegeu Lula no primeiro mandato contra as investidas do PFL/PSDB no caso do "mensalão". O caudilho do PT não tem como governar sem as mãos do PMDB, que fede de podre.

Disputa interna

Renan Calheiros e José Sarney são unha e carne. Não há interesse do cacique maranhense que seu comparsa do PMDB seja atingido. Mas o mesmo não se passa em relação ao governador Jackson Lago, seu desafeto. Lago acusa Sarney de usar a polícia federal para desestabilizar sua gestão.

Renan Calheiros ameaçou os senadores, indicando que a maioria, senão todos, tem compromissos com empreiteiras e outros grupos econômicos. Fez seu discurso sem vergonha e se levantou para receber cumprimentos previamente ensaiados dos senadores, de todos os partidos.

A extensão da quadrilha e as falcatruas de mais de 100 milhões de reais ameaçam transformar em guerra intestina no Estado se o governo e os partidos não limitarem ao que a PF já divulgou.

Facções da PF também estão em disputa pelo controle do comando da instituição. Ninguém é santo no aparato de repressão. O Supremo Tribunal de Justi-

ça (STJ) afastou o delegado Zulmar Pimentel, implicado na vazão de informações.

Membros da Ordem dos Advogados (OAB) acusaram a PF de ultrapassar suas atribuições e expor homens públicos à execração sem que houvesse ainda processo. Afinal, os advogados ganham muito defendendo causas dos agentes burgueses.

O Encontro dos Governadores do Ceará serviu de palco para se criticar o que Ciro Gomes (PSB) chamou de pré-julgamento. Mas ele mesmo fez seu julgamento dizendo-se convicto que "Silas Rondeau é inocente. Nessa linha se pronunciaram os governadores Cássio Cunha Lima do PMDB (PA), Jacques Wagner do PT (BA) etc.

Os grandes jornais elogiaram a PF, mas condenaram o exibicionismo da PF. O papel da imprensa burguesa é esconder os fundamentos da desintegração do capitalismo e da classe capitalista.

Os detidos foram sendo liberados, incluindo o chefe da quadrilha, Zuleido.

PSOL entrou com uma representação no Conselho de Ética do Senado. Heloisa Helena e parlamentares do partido pediram o afastamento de Calheiros da presidência do Senado para evitar constrangimento. Ideli Salvatti, senadora, e toda bancada do PT defenderam sua permanência, evocando "presunção de inocência".

PSOL faz o papel de ético do Congresso. Ao invés de denunciar a burguesia de conjunto e suas instituições, pretende passar por reformadores da democracia. Fecha os olhos para o fato de que se trata da podridão do Estado burguês e das disputas internas.

Tribunal Popular

A burguesia, seus políticos, seus governos, seu judiciário e sua polícia gastam bilhões com corrupção. Os cofres públicos são roubados pelas quadrilhas que dirigem o Estado.

Estima-se que 1,5 bilhão de reais anualmente são usados para a corrupção. Corresponde a uma pequena fração dos gastos mundiais em fraudes, desvios e compras de autoridades, que se estima

atingir a ordem de 1 trilhão de dólares, segundo o Banco Mundial.

Para o Brasil, 1,5 bilhão de reais contrasta com a miséria de milhões, com a falta de verba para saúde, educação, saneamento etc. Contrasta com as campanhas burguesas de que a Previdência está falida.

A quantidade e a sequência de escândalos apenas sob o governo Lula, confirma a denúncia do POR que o Estado é administrado por quadrilhas, que envolvem a burocracia, os parlamentares, os governos, o aparato judicial, policial e representantes de poderosos grupos

econômicos.

Está aí por que as CPIs, as representações nos Conselhos de Ética e os processos judiciais expressam disputas entre quadrilhas e acabam em farsa. O PSOL, com sua representação, serve a esse teatro.

Até outro dia, PSTU, PCO e quase toda esquerda levantavam a bandeira de CPI para investigar e punir os corruptos. Rechaçamos de pronto essa ilusão.

Não há outro caminho senão defender no seio dos movimentos e principalmente perante a classe operária a bandeira de Tribunal Popular para jul-

gar os crimes da burguesia e defender a vida das massas.

O apodrecimento das relações sociais e políticas é produto da sociedade de classe, que historicamente se esgotou e se desintegra na forma da barbárie. O Estado burguês delinqüente se assenta no esgotamento da grande propriedade.

A revolução proletária, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, varrerá os interesses privados e com eles as condições materiais propícias à corrupção.

O PAC do governo Lula e a Construção das Hidrelétricas no Rio Madeira

Desde o ano 2000, vem se arrastando a discussão acerca da construção das hidrelétricas no rio Madeira e do gasoduto Uruçu-Porto Velho, em Rondônia. De acordo com a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, a decisão de iniciar as construções é urgente, pois faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a geração de novas fontes de energia até o ano 2012, para garantir o crescimento econômico do país.

Trata-se de um negócio que beneficia duas empresas consorciadas (Furnas e Odebrecht). Os interesses das empreiteiras significam uma violência sobre o meio ambiente e sobre a vida de cerca de três mil pessoas – os ribeirinhos, cujas moradias serão alagadas.

Os resultados das pesquisas de impactos ambientais são divergentes. Aquelas que são financiadas pelas concessionárias interessadas no negócio rentável dão parecer de não fazer danos ambientais. E as que são consideradas independentes mostram os profundos impactos ecológicos, que atingem desde as populações ribeirinhas, que perdem suas condições de sobrevivência, com base nos pescados e os produtos de vazantes, até os efeitos que vêm atingindo as diversas partes do globo terrestre, cujas principais vítimas são as maiorias oprimidas.

Ultimato de Dilma Rousseff

Rousseff deu o ultimato de iniciar a construção das hidrelétricas até o dia 30 do mês de maio. Esse ultimato trouxe desespero ao prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho (PT), à Central Única dos Trabalhadores (CUT), aos empresários, parlamentares e a outros membros dos poderes executivos de Rondônia. Imediatamente, criaram um Comitê Pró-Usinas e acionaram faixas apelativas, abaixo-assinados, panfletagem e debates por todo estado.

Todos esses abutres conclamam os trabalhadores e a juventude a se posicionarem favoravelmente à construção das hidrelétricas. Procuram convencê-los de que a hidrelétrica trará a abertura de postos de trabalho e que haverá prioridade para os rondonienses. Dizem que serão 20 mil empregos em sistema rotativo. Portanto, nada de emprego formal, é o trabalho precário e terceirizado, após o término da obra desaparecem os tais

empregos. Também querem ganhar a opinião pública apelando para o temor de abertura de usinas nucleares, em substituição ao complexo hidrelétrico.

A experiência com empresas geradoras de energia no Estado, a exemplo da termelétrica dentro de um bairro periférico da capital de Rondônia – Porto Velho, mostram não apenas as mortes de cardumes de peixes nos igarapés, mas também os danos às moradias próximas à usina. A construção da Usina de Samuel do Rio Jamari, na BR 364, inundou uma área que corresponde ao tamanho da capital do Estado e desalojou 600 famílias, que ainda hoje vivem em acampamentos. Até hoje só 30% receberam indenização. Muitos morreram sem ver nenhuma solução para os problemas advindos da perda das mínimas condições de vida.

O impacto imediato na natureza atinge também a Bolívia

O diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Gerson Kelman, se defende diante das constatações de destruição da natureza. Rebate às críticas dos bolivianos em decorrência das inundações dizendo que as usinas de Santo Antônio e Girau não trarão danos. Os ministros das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, e da Bolívia, David Choquehuanca, em dezembro último, se entenderam sobre a questão. Dizem que será construída uma hidrovía entre os rios Madeira do lado brasileiro e Madre de Diós na Bolívia. Estudos desse impacto constataam que o rio Madeira traz em sua correnteza importantes sedimentos que vêm da Cordilheira dos Andes e, que, estes sedimentos ajudam na fertilização das várzeas e constituiu no rio mais barrento da região Amazônica, inclusive desaconselhável no sentido de reduzir a vida útil do Rio Jirau, que se converterá em lamaçal, que invadirá o território boliviano e que modificará toda a vida normal do Madeira.

Como se vê, por cima dos problemas vitais estão os interesses dos capitalistas. O governo Lula e seus representantes no estado de Rondônia se colocam pela destruição da natureza e pelo aumento da miséria dos milhares que vivem às margens do rio Madeira.

Plano diretor de Natal: o que interessa aos trabalhadores?

O Plano Diretor de uma cidade determina a organização de sua ocupação imobiliária e construções. Como Natal está saturada, não havendo por onde mais crescer em termos imobiliários, o Plano Diretor era de grande interesse para os capitalistas da construção civil.

A votação na Câmara de Vereadores demonstrou a força e a relação que existe entre o legislativo e os interesses capitalistas. Através do Sindicato (patronal) da Construção Civil, as empreiteiras conseguiram aprovar o essencial de suas reivindicações.

Uma delas era a necessidade de expandir o mercado imobiliário para a Zona Norte. Com o argumento de que isso traria desenvolvimento, embelezamento e melhoria para os atuais moradores, os vereadores seguiram os interesses dos capitalistas empreiteiros e aprovaram a possibilidade de grandes empreendimentos na Zona Norte.

O problema é que, geralmente, os interesses capitalistas conduzem a construções imobiliárias de altíssimos preços, voltados para uma camada que pode pagar e não para os trabalhadores de baixa renda. Somente os que compram imóveis para investir (capitalistas rentistas) ou de condições econômicas abastadas conseguirão comprar. O IPTU dos arredores irá aumentar, expulsando os atuais moradores. Os trabalhadores pobres irão perder duplamente: não conseguirão moradia e serão expulsos da vizinhança dos grandes empreendimentos.

Outra conquista dos capitalistas da construção civil foi a deliberação favorável dos vereadores para a ocupação imobiliária do Parque das Dunas – antiga região de preservação ambiental. As construções no Parque das Dunas poderá destruir as dunas, diminuindo o lençol freático da cidade (e portanto o armazenamento de água potável) e modificar o clima, piorando o efeito estufa que o planeta em todo lugar já está sofrendo.

Os movimentos populares

Alguns movimentos de bairros de Natal mobilizaram-se para pressionar a Câmara de Vereadores contra os capitalistas da construção civil. O DCE (PT/PCdoB) da UFRN está participando junto com as organizações de bairro.

Os moradores de Ponta Negra conseguiram evitar novas construções definindo a região como residencial. Mas não se pode esquecer que o bairro de Ponta Negra já tem várias construções prediais. E o que garante que depois, daqui a alguns anos, os vereadores não queiram revisar o Plano Diretor e mude essa situação? Nada.

Os moradores de Mãe Luíza conseguiram vitórias parciais. Por um lado, devido a organização de muitos anos, permitindo estarem atentos a revisão do Plano Diretor pelos vereadores. Por outro lado, pela barganha política que fez com os vereadores. Constituindo-se em uma região importante eleitoralmente, os moradores pressionaram os vereadores.

Mas o que garantiu essas vitórias foi justamente o interesse dos empreiteiros na Zona Norte. Desmobilizada e com os interesses capitalistas voltadas para ela, as supostas perdas dos empreiteiros em uma região foi compensada pela abertura de construções na Zona Norte.

A postura dos vereadores

Os vereadores são eleitos através do poder econômico, inclusive, dos capitalistas da construção civil. Até o PV, fez jogo de cena, mas no final votou nas principais propostas dos empreiteiros. Os capitalistas da construção civil contaram, dos 21 vereadores, com o voto de 16 deles a favor de suas idéias. Os vereadores alinhados com as empreiteiras apresentaram emendas que atenderam aos interesses desta fração da burguesia. Somente os vereadores não alinhados com o prefeito e/ou não pertencentes a lista do Sindicato patronal da construção civil votaram contra.

O prefeito Carlos Eduardo (PSB) posicionou-se favorável às reivindicações dos movimentos de bairros e pela preservação ambiental. Mas como bom burguês, não mexeu uma palha sequer para unir a sua maioria parlamentar (cerca de 16 a 17 vereadores) em prol dos seus supostos ideais.

O eleitoralismo

Pressionar a Câmara de Vereadores para votar em prol dos interesses populares é desconhecer que as eleições são marcadas pelo poder econômico. É fortalecer o parlamento da burguesia e levar os trabalhadores a acreditarem que através da pressão de massas se pode influir sobre o voto dos capitalistas no parlamento. Além disso, vereadores corruptos vendidos a burguesia, com a presença dos trabalhadores na Câmara encenam contra os capitalistas com o objetivo de angariar votos nas próximas eleições.

Esta postura serve aos partidos eleitoralistas. Os estudantes do PT e PCdoB da direção do DCE da UFRN, pensam assim. Na encenação dos seus vereadores, a conclusão é óbvia: votar em mais candidatos do PT para que possam ocupar as cadeiras da Câmara de Vereadores e assim, defenderem os trabalhadores. Inclusive, em debate que houve na UFRN, a diretora do DCE enfatizou a existência de 31 mil votos, o mesmo número de estudantes universitários. A diretora do DCE demonstra a visão eleitoralista que predomina em toda sua direção. O motivo de levarem estudantes a participarem desses movimentos é fortalecer as candidaturas dos membros de seu partido.

Os movimentos de bairros, predominantemente realizados pela pequena-burguesia, não vislumbrando a possibilidade de uma saída revolucionária, acabam apegando-se a pressão eleitoral. Tanto a direção do DCE quanto dos movimentos SOS Ponta Negra, de Mãe Luíza e Natal Voluntários conduzem os trabalhadores para o jogo político da burguesia do toma-lá-dá-cá. A esperança dessas direções agora está no veto do prefeito Carlos Eduardo (PSB).

A tendência é que esta tática não dê resultado. Mesmo que o prefeito fosse sinceramente contra as deliberações dos vereadores, cercado pelo poder econômico predominante que controla a Câmara, seu esforço será inútil. O prefeito Carlos Eduardo (PSB) fará jogo de cena e tentará aparecer aos trabalhadores como vítima do sistema democrático da burguesia.

A Câmara de Vereadores não pode legislar sobre a cidade dos trabalhadores.

Algumas direções dos movimentos quererem justificar sua prostração diante do poder da burguesia.

Ocupação da reitoria da USP: trincheira de luta de todo o movimento

A ocupação da reitoria da USP pelos estudantes desencadeou um amplo movimento contra o aumento da ingerência do governo Serra, dos demais governos estaduais e do governo Lula nas universidades públicas. Basta ver a deflagração da greve estudantil, de funcionários e de professores na USP, ocupações de prédios em unidades da Unesp e em outros estados (Alagoas), greves estudantis na Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, a ameaça de mais ocupações nas federais de todo o país.

Uma ocupação não planejada

A ocupação da reitoria da USP não partiu de uma iniciativa planejada pelo movimento estudantil. Apesar da dureza dos decretos, pouco fizeram para enfrentá-los a direção do DCE. As direções de Adusp e Sintusp apostaram que os reitores seriam aliados no enfrentamento aos decretos, anularam a independência do movimento e se frustraram quando esse mesmos reitores negociaram com Serra a não aplicação de aspectos dos decretos que lhes afetavam na manipulação de verbas. Enfim, não havia uma campanha de luta pela derrubada dos decretos na USP.

Mas um fato mudou tudo. A reitora aceitou inicialmente participar de uma audiência pública sobre os decretos, para esclarecer e se posicionar. Não compareceu, mandou seu vice, que também não foi, nem deu nenhuma satisfação. Os cerca de 400 estudantes que se reuniram para debater com a reitora se encaminharam então à reitoria para entregar uma pauta de reivindicações. Foram barrados na portaria. Enfim, a reitora e seu cupincha deram uma cusparada na cara dos estudantes. Sua arrogância e prepotência precipitou a ocupação do prédio. A principal bandeira nesse momento foi: "Reitora: posicione-se".

O desenvolvimento das reivindicações

Logo que começou, a ocupação teve de enfrentar a direção do DCE

(PT/PCdoB/MR8), que se negava sistematicamente a cumprir as decisões das assembleias, negociando por fora e divulgando uma carta contrária às decisões da ocupação. Os ocupantes, grande parte deles moradores do Crusp, exigiram da reitoria mais moradia, alimentação e transporte. Os decretos ficaram por algum tempo em segundo plano. A reitora aceitou negociar. Veio sua proposta: um bloco de moradia na capital (que já estava nos planos da reitoria), mais duas pequenas unidades no interior. Além disso, não punir os ocupantes, e criar comissões para discutir a contratação de mais professores e a reforma dos prédios sucateados. Enfim, nenhuma conquista significativa.

A assembleia de 08/05 viu que a maioria das correntes, tanto as da situação no DCE como as de oposição (PSTU, PSol), se alvorçaram com as migalhas oferecidas. Mas ninguém teve coragem de defender o acordo, diante das vaias da assembleia. A ocupação foi mantida e o acordo rejeitado unanimemente. Ali começou a ganhar mais destaque a luta contra os decretos. A ocupação se tornou um movimento anti-intervenção do governo Serra nas universidades.

Veio a campanha da burguesia: o Estadão, que se julga dono da USP, fez uma série de editoriais e artigos difamando a ocupação e distorcendo o conteúdo dos decretos. Reivindicava a repressão policial contra os baderneiros que queriam impedir que a USP tivesse seus gastos controlados pelo Estado.

A assembleia do dia 12/05, uma das maiores já realizadas nas últimas décadas, assistiu a uma divisão no interior do movimento: as correntes petistas, psolistas e o PSTU ganharam coragem para defender, ainda que de forma enrustida, o acordo proposto pela reitora. Votaram um texto que condicionava a desocupação à reapresentação pela reitora do acordo proposto em 08/05 e rechaçado pelos estudantes. Foram derrotados. A ocupação se manteve, e a luta contra os decretos se tornou cristalina. O movimento avançou em suas reivindicações, atingindo o ponto de maior conflito com o governo e a burguesia.

O movimento rechaça o intervencionismo da burguesia e de suas instituições

A reitora atendeu a exigência do Estadão e pediu a reintegração de posse do prédio. O movimento desconheceu a imposição da justiça burguesa. O poder judiciário impôs multas e proibições de assembleias e manifestações. O movimento respondeu com o avanço de suas lutas.

A justiça pediu a ação da tropa de choque. O movimento discutiu que não poderia ceder às pressões da repressão e deveria resistir.

Nas negociações, o governo exigiu o cumprimento das leis. O movimento denunciou que o próprio Estado não as cumpre quando é de seu interesse.

Quando não se aceita a ingerência da justiça burguesa e de seu Estado e instituições se pratica a independência política. É uma condição que permite o avanço da mobilização.

Uma falsa oposição: ocupação versus greve

Um dos argumentos utilizados pelos então defensores da desocupação (é bom lembrar que isso se deu enquanto a burguesia pressionava com a ameaça de repressão) é que era necessário "construir a greve" na universidade, por isso os ocupantes teriam de ir às suas bases, nas unidades, e deixar a ocupação.

Esse raciocínio mecânico foi rejeitado pelo movimento. A ocupação se tornou uma trincheira de luta, que passou a agrupar e organizar os estudantes e fortaleceu as assembleias e manifestações. Trouxe para a greve os funcionários. Os professores, que pouco iam às suas assembleias, encheram o auditório da Geografia para deliberar pela greve. Outros lugares, como na Unesp, Unicamp, viram o movimento estudantil se levantar, tomando a ocupação da USP como bandeira. A verdade é que a ocupação se tornou uma base para se construir a greve nas unidades. Ao invés de oposição entre elas, o que se realizou foi uma soma de forças e de mobilização, que certa-

mente se enfraqueceria se houvesse desocupação sem conquistas significativas.

Um movimento contra o governo, ainda que limitado

A ocupação teve de enfrentar o esvaziamento da possibilidade de uma greve geral do funcionalismo público de São Paulo, que esteve dada pela mobilização dos professores da rede estadual contra a reforma da previdência de Serra, mas que foi afogada pela conduta conciliadora da direção da Apeoesp, que contou com a colaboração da oposição alternativa para isso.

Mas a luta ainda cresce. O apoio de outros setores, como os sem-terra de Alagoas, mostra que é possível romper o corporativismo e buscar a unidade com a população assalariada. Essa é uma tarefa da ocupação e da greve estudantil: ir às ruas, ganhar o apoio dos trabalhadores, para isolar o governo e derrotá-lo.

É importante entender que faz muita falta a participação da classe operária nesse processo. O proletariado está contido pelas direções burocráticas, que têm colaborado na aplicação de medidas de maior exploração do trabalho. Basta ver a última delas: a imposição, com aprovação do sindicato, de horas extras aos sábados para este e o próximo ano todo na Volkswagen, enquanto milhares são demitidos ou estão desempregados e poderiam estar trabalhando.

A unidade com a classe vinculada diretamente à produção social levaria o movimento, que já enfrenta o governo burguês, a enfrentar a burguesia no seu conjunto, com um movimento de massas e que poderia afetar diretamente a economia capitalista no seu coração: a produção.

Isso é qualitativamente superior à unidade de estudantes e funcionários, que é necessária e é importante. Mas é bom não esquecer que funcionário não é operário, presta serviços e não afeta a produção capitalista, além de ter interesses corporativos dados pelo seu papel (tipo de trabalho). Quem confunde funcionário com operário, chamando a todos de trabalhador, acaba limitando o movimento.

Ocupação e resistência

Uma das características da ocupação

foi sua organização. A criação de comissões, como a de segurança, imprensa, alimentação etc. permitiu ampliar de forma mais segura e organizada a luta.

A partir da ameaça de desocupação, colocou-se politicamente a questão da resistência. Ao mesmo tempo, os defensores da desocupação, ao serem derrotados, passaram a defender a resistência "pacífica".

É evidente que, na prática, aprovar a forma de resistência a priori é uma abstração. Não existe na prática a tal da "resistência pacífica". Ou se resiste ou não se resiste.

A resistência depende da ampliação da mobilização ao redor da ocupação. É na força social de um movimento de massa que se criam as condições para o enfrentamento militar com a repressão. Sem a força da mobilização, o enfrentamento seria uma aventura. Ou então a desocupação ganharia força política.

Se hoje a possibilidade de desocupação enfraqueceu é porque a ocupação rompeu o isolamento e se instalou a greve estudantil, de funcionários e professores.

A aprovação da posição política "pacífica" antecipada só serve para desarmar o movimento e tentar enfiar goela abaixo dos ocupantes uma semi-desocupação, uma proposta que já havia sido rejeitada.

O apartidarismo e as políticas das correntes

O preconceito contra os partidos políticos, que mistura posições anarquistas, apoliticistas e até mesmo o justo rechaço à politicagem burguesa, se instalou e cresceu no interior da ocupação.

O anarquismo reclama de sua própria impotência: ao rechaçar a organização partidária, privilegia o individualismo, que se mostra incapaz de atuar diante do movimento massivo. Reclama das correntes políticas, que atuam coletivamente, e por isso levam vantagem na defesa de suas propostas.

É verdade que há uma parcela significativa dos estudantes que rejeitam a politicagem burguesa. E não diferenciam a luta política no interior do movimento das disputas da politicagem burguesa. Mas esse preconceito é alimentado pela conduta da maioria das

correntes políticas que atuam no movimento: basta ver a quebra das decisões coletivas da direção do DCE (que foi varrida do movimento, proibida de expressá-lo e de estar na mesa das assembleias); ou a conduta da chamada oposição (PSTU e PSol), que se colocaram na defesa da proposta da reitoria e se embocaram na defesa da desocupação, mudando de posição a partir da aprovação da greve de professores e da perda de força da ameaça de desocupação.

As correntes políticas pequeno burguesas conseguiram fazer aprovar no movimento bandeiras absolutamente alheias à luta concreta que se trava (estatuinte etc.), ou então, que só respondem às necessidades de uma camada de classe média (cotas, poucas moradias etc.). Apesar de seu êxito formal, essas bandeiras não foram assumidas como centrais, apesar de seu esforço em fazê-lo.

O equívoco da chamada estatuinte

Uma das bandeiras levantadas no interior do movimento é a da estatuinte. Não por acaso, por uma das herdeiras do morenismo, a LER. Os morenistas, quando o fazem, aplicam mecanicamente as bandeiras do programa de transição da IV Internacional. Basta alguém falar em constituinte que lá vão eles a reboque. Vimos isso na Bolívia, onde frações da classe dominante arrastaram as esquerdas a apoiarem um organismo de reorganização do Estado burguês e desvio das massas da ação revolucionária. Mais mecanicismo: constituinte lá, estatuinte no interior da universidade.

Ora, a estatuinte é a reforma do aparato burocrático vigente, sem destruir essa burocracia universitária (ao mesmo tempo autoritária sobre os que estudam e trabalham e marionete da burguesia e seus governos). É um mecanismo de modificação superficial das relações dos organismos burocráticos que não altera a sua essência: é através deles que a burguesia e seus governos quebram exatamente a autonomia universitária. Por isso, a bandeira de estatuinte não se contrapõe à quebra da autonomia, e concilia com a casta burocrática.

Os estudantes devem rechaçar a bandeira da autonomia e levantar a da real

autonomia: destruição da burocracia e governo tripatite, com soberania da assembléia geral universitária.

A ocupação e o programa

A pauta de reivindicações aprovada pela ocupação tem uma série de itens, que foram apresentados sem grande debates a respeito. Alguns deles são confusos e até contraditórios. Outros, expressam a influência de correntes pequeno burguesas no interior do movimento.

O avanço da pauta para a exigência de revogação dos decretos não foi acompanhado de uma bandeira que coloque efetivamente a questão da real autonomia universitária. A atual autonomia é a chamada de gestão financeira. Ou seja, dado o orçamento pelo governo, os reitores e sua cúpula burocrática o repartem sem ingerência externa aparente. Na prática, prevalecem os interesses dos grupos capitalistas e

do governo.

A real autonomia universitária só pode se efetivar com as seguintes condições: a) soberania da assembléia geral universitária (portanto da destruição de todo aparato burocrático atual e sua substituição por um governo tripatite submetido à assembléia universitária – estudantes, funcionários e professores); b) deliberação do orçamento pela assembléia geral universitária, cabendo ao governo apenas garantir o financiamento público; c) fim de toda ingerência externa sobre a universidade (avaliações institucionais, imposição de metas de ensino e pesquisa, programas, currículos etc.).

Essas condições dependem de uma dura luta contra os governos e a burguesia. Mais do que isso, dependem do proletariado se levantar e tomá-las como bandeira na sua luta pelo socialismo. Somente com o ingresso massivo da classe operária na universidade será possível transformá-la profundamente, destruindo

do a universidade de classe burguesa e construindo uma nova universidade, que una a teoria e prática sob controle dos que estudam e trabalham.

Mas na ocupação ainda se defendem bandeiras limitadas à classe média, como por exemplo as cotas para negros, que deixa de lado a luta pelo ensino para todos para se voltar à garantia do acesso a uma pequena parcela da classe média negra. Ou limita a luta pela moradia estudantil: nega-se a aprovar a retomada dos prédios ocupados pela reitoria após a invasão da USP pela polícia em 1969 e exigir moradia para todos os que precisavam.

A debilidade da atuação do partido revolucionário, que expressa a política proletária no interior da universidade, é o maior entrave para que a luta se projete rumo à unidade com a luta pela destruição do capitalismo e pleno atendimento das necessidades colocadas pela luta estudantil.

Bahia

Professores da rede estadual da Bahia não se curvam diante de medidas truculentas de Jaques Wagner

Desde o dia 8 de maio que os professores da rede pública estadual da Bahia estão em greve. O movimento tem se fortalecido à revelia de suas direções estalinistas e reformistas, agentes do governo Wagner. Essas direções se colocaram contrárias à decisão de greve. Avaliaram ser um ato precipitado, considerando que o governo petista assumiu há poucos meses, diante de um quadro político totalmente controlado pela oligarquia carlista, sob esse discurso, o reformismo e o stalinismo tentam frear as manifestações e lutas dos trabalhadores, defendendo que o atual governo do PT não tem ainda condições de atender todas as reivindicações solicitadas pela categoria, pedindo paciência.

Várias assembléias e zonais têm acontecido semanalmente, definindo lutas, panfletagens, seminários debates e manifestações com o objetivo de sensibilizar a sociedade para os graves problemas que a educação no estado da Bahia vem enfrentando. Algumas tentativas de negociações com o governo de Wagner foram em vão.

O governo propôs um reajuste de 17,28% para os profissionais que recebem abaixo do salário mínimo, dividido em três vezes (maio, julho e novembro), 4,5% para quem recebem acima do mínimo divididos em duas vezes (maio e novembro).

A categoria compreende que essa medida aprovada na as-

sembléia legislativa, no dia 24 de maio, divide o movimento. O professor de nível 2, que tem licenciatura curta irá perceber uma remuneração inferior à do professor de nível 1, que tem formação de nível médio.

Eis o Quadro da proposta salarial aprovada:

NÍVEL 1	R\$ 380,00	R\$ 137,90	R\$ 102,60	R\$ 620,50
NÍVEL 2	R\$ 385,61	R\$ 139,93		R\$ 525,54
NÍVEL 3	R\$ 497,42	R\$ 180,51		R\$ 677,93
NÍVEL 4	R\$ 596,70	R\$ 216,54		R\$ 813,24

No dia 31 de maio a assembléia reuniu três mil professores para decidir sobre os rumos do movimento, particularmente quanto a questão da ação civil pública encaminhada pelo governo do Estado cuja determinação do juiz foi uma cobrança diária de uma multa de 20 mil reais, caso os professores não retornem as aulas em 24 horas e corte dos salários.

A greve dos professores denuncia o caráter repressor do governo petista

Todo apoio ao movimento grevista

Barrar os ataques ao direito a greve

Contra a política de arrocho salarial do governo Wagner

Balanço do CEEUF de Ourinhos/SP

Nos dias 19 e 20 de maio ocorreu em Ourinhos o CEEUF (Conselho de Entidades Estudantil Unesp e Fatec), durante o qual foram analisados os decretos do Governador Serra, as mobilizações na USP, Unicamp e Unesp, a reconstrução do DCE e o próximo CEUF (Congresso Estudantil da Unesp e Fatec).

No primeiro dia, o foco foi o movimento estudantil, com os informes da USP, Unicamp, Unesp e Fatec. A USP e a Unicamp, já estavam paralisadas e alguns campi da Unesp com indicativo, inclusive o campus de Marília já estava. Porém, o discurso do PSTU era de que não havia condições de manter o movimento por paralisação, com argumentos vindos do campus de Marília. O PSTU contrapôs-se à radicalização do movimento, defendendo o dia 23 de maio como um dia de manifestações nos campus da Unesp e Fatec e ocupação da Reitoria da Unesp, desde que fosse "um dia de ato".

Manifesto da Corrente Proletaria na Educação distribuído durante o CEEUF

É possível derrotar serra! é possível defender a educação e os direitos! O caminho é a unificação das lutas, pela base!

·Abaixo os decretos de proibição de contratação de professores e funcionários e cortes de verbas!

·Abertura de concurso para contratação de todos os professores e funcionários necessários ao funcionamento dos cursos!

·Orçamento da universidade elaborado pelos que nela estudam e trabalham!

·Fora com as fundações privadas, instrumentos de privatização do ensino e pesquisa!

·Garantia de moradia, transporte, alimentação, atendimento médico e odontológico e todas as demais condições necessárias aos estudantes para levarem adiante suas vidas acadêmicas!

O governo Serra, que já vinha atacando conquistas trabalhistas e previdenciárias do funcionalismo, direciona agora sua artilharia contra as universidades, numa clara demonstração de que está disposto a destruí-las.

Os decretos do governo constituem uma maior intervenção do Estado sobre a universidade. São motivados pela política privatista: pressionam para que se aumente a dependência da universidade em relação às fundações e outras formas de financiamento privadas do ensino superior público. A proibição de contratação de professores e funcionários estrangula o ensino e a pesquisa públicos. O corte de verbas asfixia a universidade. O caminho apontado pelo governo é a busca de recursos privados, e portanto, a maior subordinação da universidade ao poder dos capitalistas.

Para resistir a estes ataques, é necessário não alimentar nenhuma ilusão de que os reitores ou os conselhos e congregações se alistarão na defesa da universidade. Pelo contrário, o que está colocado é a organização de um amplo movimento de estudantes, funcionários e docentes em defesa das reivindicações

No segundo dia, discutiu-se a reestruturação do DCE, a formação de uma comissão eleitoral no próximo congresso e a importância da construção de um DCE de lutas. Manifestou-se na plenária a preocupação de este não se tornar apenas mais um "aparelho". O PSTU parece ter-se ofendido com esta discussão, rebatendo que "não podemos desconfiar de nós mesmos", "se estamos desarticulados é por falta do DCE", "Se ficarmos nessa discussão é o tempo da UJS se rearticular" ... enfim foi dessa forma, no segundo dia, que o PSTU mostrou seu interesse naquele conselho (enquanto aparelho), deixando para um segundo ou terceiro plano a urgência de unificar as lutas nas universidades paulistas. Toda a política do PSTU se resume em aparelhar entidades para engordar o Conlute, mas, estão quebrando a cara, pois mais campi estão aderindo à greve.

ções dos que estudam e trabalham! Que as reitorias abram imediatamente concursos para contratação de todos os funcionários e professores necessários; Organizar a assembléia geral universitária (estudantes, professores e funcionários), para discutir e deliberar sobre as reais necessidades orçamentárias da universidade; Exigir que as necessidades de moradia, alimentação, transporte, etc. dos estudantes sejam atendidas pela universidade, com recursos exclusivamente públicos e sob controle dos estudam e trabalham.

Só a greve pode derrotar a ofensiva do governo

A única possibilidade de um enfrentamento eficaz contra um governo tão truculento em suas medidas é a unificação geral das lutas do funcionalismo e das universidades num único movimento, que busque as ruas e ganhe o apoio da população assalariada para defender a educação e os direitos trabalhistas. Esses mesmos direitos que lhes estão sendo arrancados pela ofensiva capitalista mais geral.

Convocar amplamente as assembléias gerais em cada curso e em todas as universidades, discutir conjuntamente estudantes, funcionários e professores (romper o corporativismo), aprovar a pauta unificada de reivindicações, um plano de lutas e mobilização unificado, que as decisões sejam tomadas apenas pelas assembléias de base, formar um comando unificado de lutas, realizar manifestações de rua unificadas.

A organização dos Estudantes da Unesp e Fatec

Os estudantes da Unesp e das Fatec's enfrentam vários problemas, assim como as demais Universidades Públicas. É necessário que o Conselho de Entidades Estudantil Unesp e Fatec organize os estudantes para enfrentar esses problemas.

·Apenas 3% da população têm acesso ao ensino superior.

Dessa parcela, se excluem os mais pobres e trabalhadores, minoritários na universidade.

Domínio do ensino privado, o que exclui a ampla maioria que não tem condições de pagar mensalidades. São 90% das instituições nas mãos dos capitalistas do ensino, com 70% das vagas. É um dos negócios mais rentáveis no capitalismo brasileiro.

Sucateamento e privatização do ensino público. As vagas restantes, 30%, levam estudantes a universidades com verbas estranguladas, sem professores suficientes, nem laboratórios, bibliotecas, auxílio estudantil. Universidades que têm sofrido com políticas privatistas, que impõem taxas, implantam fundações, terceirizam serviços, privatizam espaços públicos. Em resumo expulsam os estudantes trabalhadores e se elitizam.

A Universidade reproduz o ensino mecânico, repetitivo, desligado da vida e da produção social. Os currículos, divisão em disciplinas, metodologia, bibliografia, etc, tudo é imposto de cima para baixo pela classe dominante e seus governos, e reproduz a divisão entre o fazer e o pensar, o distanciamento do processo produtivo, a alienação e a ideologia da classe capitalista dominante.

Todos os anseios da juventude que ingressa na universidade esbarram no autoritarismo de uma casta privilegiada de professores, a burocracia universitária, que administra verbas, controla sua distribuição, favorece as áreas de seu interesse e molda aprendizes de forma a garantir a reprodução política e ideológica de seus grupos. Essa burocracia é o ins-

trumento da classe dominante e de seus governos, que expressa no interior da universidade os interesses dos capitalistas. A burocracia é uma minoria trabalhando em favor da minoria da sociedade, por isso, tem que agir de forma autoritária. A democracia universitária é incompatível com a existência da casta burocrática.

Ensino e pesquisa são recheados de aberrações, anti-científicas. A constante ingerência do Estado e do poder econômico na universidade é feita em favor da minoria exploradora. A universidade não tem autonomia frente ao Estado, e, dessa forma, é obrigada a se alinhar por detrás dos interesses capitalistas. Ensino e pesquisa servem aos mesquinhos interesses burgueses. Sem autonomia, a universidade degrada e banaliza o ensino e a pesquisa.

O ambiente universitário é hostil à vida e às idéias dos explorados. A exclusão da maioria oprimida da universidade permite o predomínio da pequena-burguesia que expressa a ideologia, os interesses e os preconceitos da classe dominante. A universidade é uma universidade de classe, mesmo que burocracia tente enfeitá-la com mecanismos artificiais como a extensão universitária, ou com a chamada democratização.

A organização dos estudantes no DCE deve ser um instrumento para enfrentar esses problemas e para colocar a juventude universitária no caminho da política do proletariado. O nosso chamado é pela construção de uma CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO!

Posição revolucionária sobre a Autonomia Universitária

As ocupações de reitorias contra os decretos do governador José Serra fizeram a bandeira de autonomia universitária ressurgir no movimento estudantil brasileiro. Mas para deslocar esta defesa do âmbito institucional e contribuir para a elaboração de um programa revolucionário para o movimento estudantil, é necessário conhecer e estudar as formulações e práticas bolivianas. Foi neste país que a bandeira de autonomia universitária adquiriu a maior radicalidade, traduzindo-se na direção proletária para a universidade.

No Paraná, estamos estudando o folheto *Autonomia e Reforma Universitária*, que reúne textos de Guillermo Lora e documentos sobre a reforma universitária na Bolívia. A partir da atuação do Partido Operário Revolucionário, foi possível elevar camadas da pequena burguesia à compreensão do papel de direção revolucionária da classe operária. Alguns ensinamentos:

- A reforma universitária está condicionada à luta de classes. A universidade é um produto dinâmico da sociedade dividida em classes antagônicas.

- A autonomia universitária não é um fim em si mesmo; só é progressista se permitir a luta contra a classe dominante e "seu" Estado, contra o imperialismo, e propiciar a mobilização revolucionária das massas.

- A participação ativa da comunidade universitária é fundamental para assegurar a efetivação da autonomia. Na experiên-

cia boliviana constatou-se que para subordinar a universidade à linha política do proletariado, era necessário que os estudantes – setor em que se assentavam as tendências revolucionárias – tomassem em suas mãos a orientação política da universidade. Isto possibilitaria uma educação científica, renovada, capacitada para formar bons profissionais, e que fosse capaz de contribuir com a orientação política dos explorados. Levantou-se a consigna de **co-governo paritário docente-estudantil** que permite aos estudantes participação decisiva no governo universitário, preservando a autonomia de toda degeneração burocrática.

Trechos do Panorama da reforma universitária, escrito por Guillermo Lora em 1978:

A efetivação do co-governo paritário constitui o ponto mais elevado a que chegou a reforma universitária na Bolívia. Não é casual que isto tivesse sido possível durante a revolução universitária de 1970-71. Na realidade, a universidade não fazia mais do que refletir a profunda mobilização e radicalização das massas e a acentuação da luta de classes.

Na Bolívia se conseguiu que a universidade autônoma se subordinasse aos objetivos políticos sustentados pelo proletariado e que inclusive se integrasse à Central Operária Boliviana.

Este é um dos traços que diferenciam o movimento universitário boliviano, que demonstra ter alcançado um alto grau de maturidade política e que escapou dos desvios ultraesquerdistas, que se manifestaram através das teorias que defendiam a aparição de novas e vastas "vanguardas" e a caducidade do proletariado como classe revolucionária em uma sociedade de consumo e sua substituição pelos grupos juvenis e de estudantes.

Se fosse necessário sintetizar brevemente a política trotskista na universidade, diríamos que esteve e está a caminho de conseguir que a universidade autônoma se coloque a serviço da revolução e ditadura proletárias, e de transformar-se em canal de mobilização das massas pequeno-burguesas dentro da estratégia da classe operária.

A Reforma Universitária na Bolívia deu seus primeiros passos no início do século XX, a partir do liberalismo burguês, exigindo liberdade em relação ao governo central para estar a serviço da modernização capitalista. Enquanto na Argentina, em 1918, despontava o movimento de Córdoba, que vinculava o levante estudantil à Revolução Russa, o movimento universitário boliviano ainda era dirigido pelo liberalismo, e posteriormente pelo estalinismo. Em 1938, A Federação Universitária Boliviana superou a direção estalinista, incorporando o programa trotskista, que:

a) Indicava com nitidez que o problema da universidade só podia resolver-se dentro da luta de classes, quer dizer que a universidade nova só poderia ser produto de uma sociedade também nova, da sociedade sem classes, estruturada pelo proletariado no poder.

b) A universidade deveria não só unir seus movimentos com a classe operária, como também se subordinar à estratégia desta.

c) A presença do proletariado como direção política do processo de transformação determinava a possibilidade da revolução proletária cumprir as tarefas democráticas e transformá-las em socialistas. A revolução iniciada nas fronteiras nacionais se entroncava na revolução mundial. Assim ficava caracterizada a revolução na Bolívia dentro da concepção da revolução permanente, enunciada por Marx e sistematizada por Trotsky. (LORA, 1978)

Em 1970-71, com o avanço descomunal do movimento operário, marcado pelas Assembléias Populares, o movimento universitário integrou-se à COB - Central Operária Boliviana e conquistou o co-governo paritário docente estudantil. Como a universidade colocou-se ao lado das forças revolucionárias que se encaminhavam à conquista do poder, foi alvo da contra-revolução. Com o golpe militar de 1971 a autonomia foi esmagada e as universidades fechadas para uma "reestruturação" condizente com a orientação fascista.

Adquira com o distribuidor deste jornal o Folheto: Autonomia e Reforma Universitária. Com textos de Guillermo Lora e Documentos da Revolução Universitária de 1970

A trajetória histórica do movimento estudantil boliviano certamente não é linear nem isenta de desvios direitistas e/ou nacional-reformistas, mas, no seu percurso conseguiu colocar os alicerces de um programa revolucionário na universidade. Quer dizer, conseguiu definir nos documentos programáticos das organizações estudantis, que a universidade é um espaço da luta de classes e que a luta pela autonomia é a luta entre o proletariado e a burguesia pela direção da juventude pequeno-burguesa. A autonomia universitária é uma reivindicação democrático-burguesa que a burguesia de um país atrasado não pode cumprir e que, por isso, esta tarefa passou para as mãos do proletariado. As experiências mostram que a autonomia não tem um fim em si mesmo, nem é um fetiche, mas um meio para dirigir as massas estudantis, docentes e de funcionários para a política revolucionária do proletariado.

Seguem também a transcrição de alguns documentos da Revolução Universitária de 1970, movimento durante o qual as formulações da política proletária para a universidade conseguiram uma concretude nunca antes alcançada.



Luta contra o fechamento e repressão policial no campus

No dia 30 de maio, a reitoria da UEL convocou uma "audiência pública" para debater o "plano de segurança" elaborado por um policial militar contratado para ser chefe da segurança. Este evento tinha o objetivo de legitimar o núcleo da proposta que consiste na presença da polícia no campus e na construção de um muro em volta da universidade.

Os estudantes, revoltados com a antidemocrática distribuição de tempo para exposição das posições (30 minutos para a reitoria e cinco para todos os outros) interromperam a apresentação do vice-reitor quando este completou cinco minutos. Depois de mais de uma hora de discussão e manifestações dos estudantes que tomaram conta da "audiência" (mais de mil estudantes) a reitoria suspendeu o evento.

No final, os estudantes leram a declaração que ia ser feita durante a audiência:

Hoje vivemos em um contexto de criminalização da pobreza e da juventude. A ação da polícia é pautada pela discriminação racial e social. Mas o mesmo sistema que cria e perpetua a pobreza quer culpar os próprios miseráveis pela violência. Com isso, temos de ouvir propostas absurdas como esta de cercar o campus. Esse "plano" do capitão Marcondes revela um preconceito e rotula de antemão os trabalhadores que moram nos bairros vizinhos como criminosos em potencial, como suspeitos.

Devemos nos opor a mais esta segregação. A população destes bairros deve ter a liberdade de usufruir do campus, mas não só a passeio. Eles têm que estar aqui dentro, estudando. Esse muro vai no sentido contrário, estigmatiza e restringe o acesso ao campus, contraria o caráter público da universidade.

A presença da polícia na UEL não vai resolver os problemas de segurança. Só vai trazer para dentro da universidade uma lógica que sempre foi combatida pela comunidade universitária. Os anos da ditadura são um marco desta luta pela autonomia da universidade, contra a entrada da polícia.

Mas a truculência da polícia não é coisa do passado. São cada vez mais constantes a tortura e assassinato de militantes de movimentos sociais. Sem terras, sem tetos, estudantes, trabalhadores que lutam por sua sobrevivência.

E isto também acontece em Londrina. Em 2003, vários estudantes foram presos no movimento pela redução da

tarifa do ônibus e um manifestante: Anderson Amaurílio da Silva, de 21 anos foi morto, atropelado, por causa de uma ação irresponsável da polícia militar, sob o comando do Tenente Coronel Rubens Guimarães.

O caso de Jamys da Silva, trabalhador de 20 anos, é um exemplo de qual é a lógica que querem trazer pra dentro do campus. Ao fazer uma festa em sua casa, no Jardim Santa Fé. A polícia foi chamada por causa do som alto. Jamys e os amigos teriam se recusado a baixar o volume. Com apoio de mais uma equipe do Pelotão de Choque, os policiais entraram na casa dele, chutaram a caixa de som e levaram Jamys para a rua. E lá o espancaram e o jogaram várias vezes contra um muro. Outras viaturas chegaram e agrediram pessoas por todo o bairro.

James morreu. Na época, o comandante do 5º Batalhão disse que foi um acidente de trabalho. Só 4 policiais foram afastados da polícia, isso só em 2007, outros 20 continuam fardados andando entre nós.

Organismos Internacionais de direitos humanos falam o que qualquer um aqui que seja minimamente crítico sabe, e que infelizmente os jovens da periferia aprendem desde cedo, agora até mesmo com a polícia dentro das escolas.

"Significativas violações de direitos humanos continuam a ocorrer no Brasil. A polícia é frequentemente abusiva e corrupta. A violência policial – incluindo

o uso excessivo da força, execuções extrajudiciais, a tortura e outras formas de maus-tratos – persiste como um dos problemas mais sérios de direitos humanos no Brasil. A polícia também usa a tortura como meio de obter informações ou confissões forçadas de pessoas suspeitas de terem cometido crimes." (Relatório da Human Rights Watch, de 2006)

A reitoria quer colocar a polícia no campus para poder controlar a comunidade universitária. E já temos exemplos de como isto funciona. Em 2003, diretores do DCE foram presos dentro do campus, por estarem realizando uma festa para arrecadar recursos para o movimento estudantil. E, já sob o mandato do reitor Marçal, a polícia foi chamada para retirar os estudantes que ocupavam a reitoria chamando a atenção para a necessidade de se garantir o direito à educação.

Em defesa de uma universidade que seja de fato um espaço de liberdade e de crítica. Que possa se colocar a serviço de uma transformação social que acabe pela raiz com as causas da violência, reafirmamos a nossa autonomia. E dizemos bem alto, para que o reitor e toda a comunidade possam ouvir:

Somos contra o plano de segurança do capitão Marcondes e da reitoria! Fora a polícia do campus! Por uma UEL sem muros!

30 de maio de 2007

Estudantes da Universidade Estadual de Londrina

Ocupação da Diretoria da FCT-Unesp de Presidente Prudente

Em assembléia no dia 29/05 os estudantes da FCT-Unesp de Presidente Prudente deliberaram por ocupação da diretoria e paralisação dos setores administrativos da faculdade, em apoio aos demais campi da Unesp, USP e Unicamp, contra os decretos do Serra e pelo atendimento de reivindicações como contratação de professores, construção do Restaurante Universitário (com gestão pública). Para começarem as negociações, a direção da unidade tem de se comprometer que não haverá nenhuma repressão contra o movimento ou membros deste.

A direção da unidade ameaçou criminalizar membros do movimento por invasão de prédio público e pela paralisação dos serviços administrativos. Essa atitude deixou claro a quem serve a burocracia universitária, cumprindo o papel de repressores.

A forma com que a luta contra os decretos do Serra se expande pelos campi da Unesp demonstra que há um descontentamento de estudantes, funcionários e professores com o descaso do governo Estadual com a universidade pública, impondo uma política privatizante (que faz com as universidades utilize recursos das fundações e terceirizações para execução de atividades) e de sucateamento.

Os decretos do Serra não são um fato isolado. Há uma ofensiva geral dos governos e da burguesia contra os direitos sociais e trabalhistas. Serra ataca as universidades, funcionários e professores da rede estadual (SPPREV etc).

A resposta tem de ganhar a força suficiente para enfrentar

de conjunto os governos e a burguesia (que, em detrimento do ensino público, mercantilizam o ensino).

O ponto de partida é a unidade entre estudantes, funcionários e professores na universidade. Aprovar apoio às reivindicações e se aliar quanto à luta concreta (ocupação, greve) é na prática se colocar contra essa mesma luta, é fazer bloco contra ela. Não é possível a neutralidade nessa situação.

A ocupação deve ser mantida e a forma de resistência deve ser avaliada pelo movimento concretamente. A desocupação ou liberação dos serviços administrativos em troca de migalhas ou modificação dos decretos é a via da desmoralização do movimento e vitória do governo em seus decretos, pois o movimento tem como reivindicação principal a sua revogação.

A Corrente Proletária defende:

- Revogação dos decretos do Serra!
- Contratação de todos os professores e funcionários necessários ao funcionamento dos cursos!
- Orçamento da Universidade elaborado pelos que nela estudam e trabalham! Assembléia geral universitária soberana!
- Fora com as fundações privadas, instrumentos de privatização do ensino e pesquisa!
- Garantia de moradia, transporte, alimentação, atendimento médico e odontológico e todas as demais condições necessárias aos estudantes para levarem adiante suas vidas acadêmicas!

Boletim da Corrente Proletária na Educação - Fortaleza/CE

Mesa Permanente de Negociação das entidades fecha acordo traidor de reajuste para os trabalhadores

A campanha salarial de 2007 no Estado já começou tarde por parte das direções sindicais APEOC (Penha e Cia) e SINDIUTE (maioria/corrente O Trabalho). Essa tática utilizada pela burocracia governista é para poupar ao máximo o Cid/PSDB/PT, carrasco dos servidores.

O fórum organizado pela direção pelega da CUT/PT/PCdoB que reúne em torno de 15 entidades do serviço público estadual, reivindica um índice de 12% de reajuste sem aprovação de assembleias de base. É um índice rebaixado que nem de longe repõe as perdas dos servidores estaduais, hoje em torno de 70%.

A direção governista da APEOC (articulação/PT/PCdoB/PCB) silenciou diante dos ataques de Cid sobre a educação, como por exemplo: fechamento de escolas, sala de aula, superlotação, municipalização etc. Além disso, não tem realizado zonais e só agora chama uma assembleia, quase no final do semestre. Tanto a direção majoritária do SINDIUTE (O Trabalho/PT) quanto a da APEOC se utilizam do Piso Nacional do governo traidor de Lula/PT, para desviar a atenção dos professores da campanha salarial e desarmam a categoria diante dos governos de plantão, que pagam o salário superior ao Piso Nacional.

O governo Cid já anunciou pela imprensa que o reajuste salarial será entre 5% e 6%. O funcionalismo deve rechaçar essa miséria e organizar uma verdadeira luta para recuperar todas

as nossas perdas salariais. Somente através da radicalização dos métodos utilizados pela classe operária: bloqueio de avenida, manifestação, ocupação de prédios públicos, greve etc é que poderemos derrotar o governo estadual de Cid/PT/PSDB.

Nós da Corrente Proletária na Educação/POR, propomos:

* Nada de Campanha salarial fragmentada entre SINDIUTE e APEOC! Unidade já! Calendário de mobilização, seminários e assembleias unificados entre APEOC e SINDIUTE;

* Rechaçar a mesa permanente de negociação que serve para acordos de cúpula e de traição aos trabalhadores;

* Realização do congresso na APEOC neste ano já, pois em 2005 e 2006 a categoria aprovou em assembleias e zonais e a direção não encaminhou a proposta;

* Pela aprovação já do índice de 70% de reposição das perdas salariais

* Convocação imediata dos zonais!

* Preparar a Greve Geral da rede estadual, contra a municipalização, fechamento de escolas, salas, reposição das perdas, progressão etc.

* Por um Piso Salarial Nacional de R\$ 2.500! Contrato de 20h em sala e 20h fará dela

Metalúrgicos - ABC:

Volkswagen impõe acordo de trabalho aos sábados

A Volkswagen apresentou aos trabalhadores uma proposta de aumento da carga de trabalho: para dar conta do aumento da produção de automóveis, convocou os operários a trabalharem aos sábados, por um período que pode chegar até o final de 2008. Em troca, ofereceu a suspensão das demissões que vinha realizando, durante o mesmo tempo. Ou seja, após isso, poderia voltar a demitir.

Trata-se de uma proposta de aumento da superexploração do trabalho. Ao invés de contratar mais gente para dar conta do aumento da produção, aumenta a carga de trabalho dos atuais trabalhadores.

E a direção sindical, núcleo da atual direção da CUT e ligada ao PT, defendeu a proposta da empresa na assembléia de 28/05.

A Corrente Proletária Metalúrgica atuou defendendo que a empresa abrisse contratações, não realizasse trabalho aos sábados e pusesse fim às demissões, com a recontração de todos os demitidos.

Reproduzimos abaixo o boletim distribuído na assembléia.

Rejeitar a proposta de sábados adicionais (horas extras)

Exigir o fim do acordo de demissão

Abertura de novos postos de trabalho

Contratação de todos os trabalhadores demitidos.

A coordenação (chapa um) negociou com a empresa e está defendendo mais uma proposta de sábados adicionais (horas extras).

Isso é inaceitável. Negociar e defender horas extras não é o papel do sindicato. O sindicato é para defender os empregos, a abertura de novos postos de trabalho, salários e direitos dos trabalhadores. Ao defender horas extras, a coordenação chapa um está ajudando a empresa a adiantar sua produção e acelerar a demissão dos trabalhadores.

A Volks já demitiu 1114 trabalhadores. Como aumentou a

venda de carros e a necessidade de produção, agora a Volks quer que os trabalhadores morram de fazer horas extras para atender a produção que ela precisa.

A produção aumentou. Qual é a proposta que os trabalhadores devem apresentar para resolver esse problema? Certamente não é fazendo horas extras.

Como dissemos, fazer horas extras só irá beneficiar a empresa, pois adiantará sua produção e em seguida demitirá os trabalhadores.

Algumas razões para rejeitar a proposta de sábados adicionais:

Se aprovarem a proposta os trabalhadores serão obrigados a trabalharem todos os sábados até o final do ano e 24 sábados no próximo ano alternados.

Dizemos que os trabalhadores serão obrigados porque na proposta negociada entre a coordenação chapa um e a empresa tem uma cláusula que diz: "o que foi negociado é que existe o compromisso de trabalho nestes dias e que as situações individuais de falta no dia serão programadas diretamente com as chefias em acordos com as partes". Agora uma pergunta: Se existe o compromisso, será que os encarregados irão liberar os companheiros que não puderem trabalhar algum sábado? Muito difícil não. É igual o acordo de banco de horas que as chefias sempre usam alguma desculpa para não liberar os trabalhadores. E mais, a empresa já disse que quer 95% dos trabalhadores na produção.

Outra razão para rejeitar a proposta é que a empresa diz que o PDI (demissões) ficará suspenso enquanto durar os sábados. A questão é: Até quando existirão os sábados? Quem

determina até quando vão existir sábados é a empresa. Portanto, a qualquer mês, quando já tiver atingido sua produção, ela começará a demitir os trabalhadores. Por isso os trabalhadores não podem acreditar em quem está dizendo que as demissões estão suspensas até 2008.

E mais. Os trabalhadores não podem pensar apenas no dinheiro. Até porque a maior parte do dinheiro dos sábados adicionais vai para o governo (imposto de renda). A outra parte certamente será usada para comprar remédios, devido as doenças que serão adquiridas com o excesso de trabalho.

Portanto:

Se a Volks precisa de mais produção, os trabalhadores precisam rejeitar a proposta de sábados adicionais e exigir:

- O fim do acordo de demissão
- A abertura de novos postos de trabalho
- A contratação dos trabalhadores demitidos

Nesta edição:

- A devoção do MAS pela propriedade privada
- As relações com o Brasil e a mentira da "diplomacia dos povos"
- Nosso dever é sepultar a propriedade privada dos meios de produção
- Existe a liberdade de imprensa?

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



COMPRA DAS REFINARIAS:

A devoção do MAS pela propriedade privada

O Estado Burguês expressa os interesses gerais da classe dominante e de seus amos imperialistas. Enquanto uma revolução não transformar a sociedade, destruindo a propriedade privada e impondo a propriedade social sobre os meios de produção, nós, os explorados, não seremos donos de nada.

Os recursos das empresas estatais potenciam a burguesia e não chegam ao povo, isso sabemos pela experiência passada das "nacionalizações" burguesas.

Ao final do prazo dado pela PETROBRAS ao governo para que compre as refinarias da forma que exige a

multinacional, este aceitou comprá-la por 110 milhões de dólares, devemos recordar que ela comprou do estado por 87 milhões de dólares.

As "nacionalizações" burguesas não ferem a propriedade privada dos meios de produção, por isso o governo do MAS recupera para o Estado as refinarias comprando-as de seus "legítimos" proprietários.

Empresários privados, comentaristas reacionários e opositores direitistas unanimemente aplaudem esta "nacionalização", destacando o fato de que não se trata de um confisco, mas sim de uma compra, respeitando o direito propieta-

rio da PETROBRAS.

Um novo decreto autoriza a YPFB a buscar "sócios" investidores para encarar as tarefas de prospecção e desenvolvimento de novos poços. A YPFB não tem capacidade econômica para o fazer.

A "nacionalização" masista é pura ilusão. A lei da economia capitalista é quem põe o dinheiro manda. As multinacionais que operam em "sociedade" com a YPFB são na verdade quem controla o grande negócio da venda do gás aos grandes mercados do exterior.

Extraído do Jornal "Masas" boliviano n° 2037 de 18/05/07

As relações com o Brasil e a mentira da "diplomacia dos povos"

Muito se teorizou sobre a possibilidade de implantar, no seio do mundo capitalista, uma "diplomacia alternativa" diferente da imperialista, baseada no negócio e no benefício econômico, onde se impõe a vontade das metrópoles sobre os países pobres da periferia. Sustenta-se que essa diplomacia alternativa teria como base a solidariedade e a cooperação sem interesses, orientada ao desenvolvimento integral dos povos. De fato, se conformou um bloco entre Bolívia, Venezuela, Cuba, Nicarágua e com mais algum outro país e se buscou projetar a materialização de um bloco continental, capaz de fazer frente à pressão do imperialismo e pôr em salvaguarda os recursos naturais e a soberania política dos povos.

Partem da premissa de que os países com "governos populares e democráticos" seriam a base da nova unidade continental. Estes teóricos extremistas

jamais abandonaram a idéia de que o Brasil e a Argentina, os dois países mais desenvolvidos da parte sul do continente, se incorporariam ao bloco porque consideram que seus governos (Lula e Kirchner) são "contestatórios ao imperialismo e de origem popular."

Estes devaneios subjetivistas muito rapidamente se despedaçaram ao se chocar com a realidade. Um dos melhores exemplos é o que está ocorrendo nas relações diplomáticas e comerciais da Bolívia com o Brasil. A Bolívia, com todo direito, se dispõe a passar o controle da comercialização do petróleo das mãos da Petrobrás Bolívia Refinaria (PBR) para a YPFB, afetando os lucros da poderosa multinacional brasileira, onde o Estado brasileiro tem cerca de 30% das ações. A resposta dos executivos de Petrobrás e do governo de Lula foi duríssima e por demais prepotentes. Trata-se da sétima potência econômica mundial

que não tolera que as pulgas como Bolívia lhe estejam incomodando e afetando seus negócios. A comunicação de que a Bolívia deve decidir comprar, no prazo de 72 horas, as refinarias de Santa Cruz e Cochabamba ao preço fixado pela Petrobrás (110 milhões de dólares), caso contrário ameaça ir aos tribunais internacionais, deixou preocupado Evo e seus seguidores.

De nada serviram as considerações de que ambos os governos são de "origem popular" e que o Lula operário e o Evo indígena estão condenados a percorrer o mesmo caminho para resolver os problemas dos pobres. A realidade crua confirma que, no seio do capitalismo, onde impera a grande propriedade privada dos meios de produção e onde a maior lei é que os países poderosos vivam chupando o sangue dos débeis, se imponha inevitavelmente a opressão nacional. Para os poderosos, violentar o di-

reito sacrossanto que tem de tirar lucros enormes em seus negócios com os países coloniais é um delito que não se pode, nem se deve, perdoar.

Também tem um limite a solidariedade venezuelana ou cubana. Detrás de tanta magnanimidade de Chávez e de Castro, está o interesse econômico e poli-

tico, de catapultar o primeiro como o grande caudilho continental e para o segundo impedir que a asfixia econômica termine liquidando tantos anos de resistência ao bloqueio imperialista.

Os românticos da "diplomacia alternativa" põem os pés sobre a realidade e se vêm obrigados a recuar de cabeça bai-

xa frente à potência brasileira. Têm de comprar as refinarias no preço fixado pelo dono e enfrentar o desafio de fazer investimento consideráveis para aumentar a produção de derivados de petróleo e do gás.

Extraído do Jornal "Masas" boliviano n° 2037 de 18/05/07

Nosso dever é sepultar a propriedade privada dos meios de produção

Patrício

A fase atual do capitalismo em putrefação, erroneamente chamada de democracia burguesa, é o império da propriedade privada. A sociedade atual, com todas as suas particularidades, de amos poderosíssimos e de lacaios de menor volume, cimentada fundamentalmente na massa imponente dos operários que não conhecem a propriedade dos meios de produção e que vendem sua força de trabalho em troca do salário, salário este que lhes permite comer miseravelmente para poder sobreviver no seio da sociedade burguesa.

A farsa "democrática", que não é mais que a escravidão da maior parte da humanidade a serviço de um punhado de poderosos proprietários dos meios de produção, já foi materializada nas mais diversas formas.

Já houve tentativas, algumas farsas e até muita fanfarronice com a idéia de mudar a propriedade privada dos meios de produção pela social, ou seja, mudar do capitalismo burguês para o comunismo. Mas, o que vemos é que muitos esperneiam desesperadamente com mentiras sobre como mudar a sociedade, infelizmente mais com fins propagandísticos de suas posições que para en-

terrar de fato o capitalismo.

As duras lições da história nos ensinam que o comunismo, como expressão da propriedade social dos meios de produção, somente pode se desenvolver e consolidar como fenômeno internacional, mundial e não como a farsa estalinista do "socialismo em um só país", que desde seu início encarnou a política burguesa, negação do marxismo-leninismo.

Não esquecemos os exemplos de Cuba e Venezuela, que vão se esgotando em seu esperneio publicitário de ganhar adeptos e a tolerância internacional para seus ensaios e proezas de conseguir êxito em seus esforços de sobrevivência e de revitalização da política bolivariana. Esquecendo que essa política é uma prova de sua ignorância - pois Simón Bolívar foi um líder da política burguesa e, portanto, defensor da propriedade privada.

Não se pode esquecer que o estalinismo foi a negação do marxismo e desta forma pereceu.

Somente os servos do capitalismo podem elaborar hoje estas bandeiras. O marxismo é o internacionalismo proletário e não o nacionalismo burguês.

Reiteramos que o capitalismo tem que ser sepultado - sua verdadeira efetivação se dará como fenômeno internacional - para conquistarmos o desaparecimento da propriedade privada dos meios de produção e para que esta possa ser substituída pela social, fundamento econômico da sociedade comunista.

Devemos levar em conta que não nos referimos às limitações das dimensões e formas da propriedade privada dos meios de produção, mas a eliminação radical desta forma de propriedade, a fim de transformar radicalmente a natureza da sociedade burguesa pela comunista. O que se traduzirá no desaparecimento das classes sociais, dos oprimidos e opressores, dos explorados e exploradores, das fronteiras nacionais e, inclusive, dos governos baseados na violência.

Na sociedade comunista, os seres humanos contribuirão para a manutenção e o desenvolvimento desta conforme sua capacidade, que será diferente entre as pessoas, e receberão dela de acordo com suas necessidades.

Extraído do Jornal "Masas" boliviano n° 2037 de 18/05/07

Existe a liberdade de imprensa?

No capitalismo, as liberdades democráticas para as massas exploradas são pura ficção. Sendo uma sociedade de opressores e oprimidos, todos os direitos, formalmente reconhecidos para todos, na verdade são só para os opressores.

Como em tudo, a liberdade de imprensa é um privilégio dos poderosos, que manejam os grandes meios de comunicação social (jornais, emissoras de rádio televisão etc.). Em nossa época (imperialismo), são grandes corporações internacionais que manipulam a "opinião pública" em nível global.

Nos referimos ao tema a propósito da gritaria reacionária, orquestrada a partir das grandes metrópoles imperialistas, da burguesia, de suas organizações políti-

cas, empresariais e dos meios de comunicação privados na "defesa da liberdade de imprensa" contra a determinação do governo Chávez, na Venezuela, de não renovar a licença de funcionamento à Rádio Caracas Televisão (RCTV). Um canal de televisão que esteve diretamente envolvido no falido golpe de estado direitista contra o governo de Chávez.

Para os explorados não existe liberdade de imprensa nem de opinião. Os grandes meios de comunicação, que dominam e controlam a atividade jornalística, são propriedades privadas ou estão controlados pelo Estado burguês. Os explorados só podem ser notícia nesses meios, mas nunca tiveram livre opinião.

Inclusive, os jornalistas, para exercer-

rem como tais têm de ser servos incondicionais dos proprietários ou, em seu trabalho, jogar o triste papel de simples recompiladores das notícias, sem opinião própria.

Por isso, é patético ouvir os pavões, que em nome dos jornalistas levantam o grito ao céu anunciando que na Bolívia Evo se orienta a fazer o mesmo com os meios locais de comunicação que o criticam. Evo, da mesma forma que Chávez, é um reformista burguês que respeita e defende o essencial da sociedade capitalista: a grande propriedade privada dos meios de produção, mas é menos ousado.

Extraído do Jornal Massas, n° 2039- órgão do Partido Operário Revolucionário na Bolívia